

# Compreensão de textos transdisciplinares: desafios e caminhos

**MARCELO MORAES CAETANO**

A compreensão de um texto pressupõe a inteligência e a interpretação. O instrumento de sistematização de regras sobre o idioma padrão é a gramática normativa, a qual proporciona a alunos e professores a necessária competência linguística para transitar por diversos domínios do conhecimento (História, Geografia, Filosofia, Sociologia, Matemática, Física, Biologia etc.), que, obrigatoriamente, expressam seus enunciados no registro normativo-padrão.

Precisamos compreender que a gramática sistematizada subsiste como ferramenta de desenvolvimento de senso crítico dos cidadãos. O ensino da norma culta proporciona o acesso pleno à cidadania. A eficiência do ensino da Gramática Normativa da Língua Portuguesa gera a compreensão da existência de uma comunidade nacional: o que resulta é um aumento da competência linguística, confinada primeiro à competência de comunicação oral e alargada, depois, através dos vários níveis de ensino, às outras competências que, no seu conjunto, a integram.

Ensina-se a língua materna por várias razões: a sua aprendizagem desencadeia processos cognitivos; facilita aprendizagem de línguas estrangeiras; propicia o autoconhecimento; alarga o conhecimento do mundo; facilita o relacionamento com os outros; permite o acesso à informação, à cultura; possibilita o sucesso social e no trabalho. O ensino da gramática terá sido eficiente na escola se tiver ampliado

as competências com que o aluno ali ingressou.

Embora as expressões regionais, informais e orais sejam formas legítimas de comunicação adaptadas aos seus contextos específicos, não se deve relativizar o ensino da língua culta do registro padrão. Se cada um se comunicasse do jeito que quisesse, já não haveria comunicação. Em um texto circulam, interagem e se integram informações várias, explícitas ou implícitas, ostensivas ou apenas insinuadas. Por isso, um texto tende a ser fruto de uma construção de sentido em que cooperam quem o enuncia e quem o recebe.

Quem se encarrega do ensino do português como língua padrão se coloca diante de uma situação delicada: escolher entre uma atitude rígida e uma atitude tolerante. Temos de demonstrar, sobretudo, entendimento das peculiares condições de toda a situação linguística. Pois a linguagem não é limitação ou liberdade, mas as duas coisas ao mesmo tempo: limi-



tação, porque baseada numa língua comunitária; liberdade, pois permite a cada um dizer-se e dizer o mundo.

É comprovado que pessoas que desconhecem as gramáticas normativas de suas primeiras línguas terão enormes lacunas e dificuldades para aprender idiomas estrangeiros, e, se o conseguirem, o farão de forma sempre deficitária, sem que se deem conta do real motivo de suas dificuldades. Propugno pela distinção básica que um docente de Língua Portuguesa, sobretudo um docente dos ensinos Fundamental e Médio, deva promover entre gramática e linguagem, entre língua e comunicação.

A análise de situações de sala de aula é talvez a estratégia que mais dados favorece para a reflexão sobre a questão do ensino da norma culta. Tal prática ajuda o professor a identificar problemas, a pensar nas possibilidades de sua resolução, a investigar. Além do mais, suscita proposições que dão sentido ao estudo de bibliografia e faz com que o educador veja a situação sob outras perspectivas. A atitude coerente de quem ensina é problematizar, levantar hipóteses, identificar dificuldades e buscar alternativas de ação – e mais: elaborar propostas de intervenção didática, refletir e discutir a sua adequação.

**Marcelo Moraes Caetano**  
é professor do Curso de  
Letras da UERJ

**O ENSINO DA  
NORMA CULTA  
PROPORCIONA O  
ACESSO PLENO  
À CIDADANIA**